



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17155/2024

Contrato de execução de serviços, celebrado entre o
MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA e a empresa:
54.172.823 MARCIO BRAZ ARAUJO DANTAS.

O **MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Ulisses Guimarães, Bairro José Inácio, Inaciolândia-GO CNPJ. nº 26.923.755/0001-51 neste ato representado pelo **Sr. CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 704.557.246-87, RG nº MG4676770 PCEMG/MG, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, Qd. 3, Lt 18, Centro, cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa: **54.172.823 MARCIO BRAZ ARAUJO DANTAS**, com sede estabelecida a Rua Derli Rodrigues, Qd n, nº 37, Bairro José Inácio, na cidade de Inaciolândia - GO, inscrita no CNPJ sob o n.º 54.172.823/0001-23, nesse ato representado pelo proprietário o **Sr. Marcio Braz Araujo Dantas**, brasileiro, inscrito no CPF: 904.212.801-15, residente e domiciliado na cidade de Inaciolândia - GO. doravante denominada **CONTRATADA**, têm justos e contratados o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, aos 06 dias do mês de janeiro de 2025.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços será regido pelas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterada pelas leis posteriores, conforme **Processo Administrativo nº 17155/2024**. Firmado nos termos do **Ato de dispensa de licitação nº. 003/2025 de 06 de janeiro de 2025**.

(CLÁUSULA PRIMEIRA)

Do Objeto do Contrato

1.1 - Contratação de serviços de limpeza de fossa séptica e manutenção de esgoto para a Prefeitura e Fundos Municipais.

Marcio

[Assinatura]



Clausula Segunda
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVICOS

2.1 - Os serviços de que trata este contrato serão prestados nas fossas sépticas e rede de esgoto da cidade de Inaciolândia, mediante requisição emitida pela secretaria de Obras indicando a quantidade e local para a prestação do serviço.

Clausula Terceira
DA VIGÊNCIA

3.1 - A vigência das obrigações com o contratado terá início a contar da data de sua assinatura do contrato de prestação de serviços e encerrando-se **31 de dezembro de 2025**, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.

Clausula Quarta
DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pelos serviços especificados na Clausula Primeira do presente instrumento o valor estimado global de **R\$ 59.745,00 (cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e cinco reais)**, conforme tabela abaixo, onde serão pagos mediante nota fiscal.

Item	Descrição	Quantidade	Unid.	Valor unid.	Total
1	Limpeza de Fossa	154	Serviços	R\$ 185,00	R\$ 28.490,00
2	Limpeza de Esgoto	133	Serviços	R\$ 235,00	R\$ 31.255,00
Total Geral					R\$ 59.745,00

Cláusula Quinta
DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recursos das seguintes dotações orçamentárias do vigente orçamento:

Dotações:

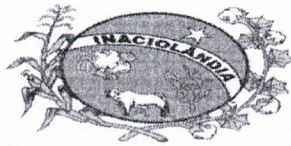
2.8.26.782.0590.2034 – 3.3.90.39.00 – 78 – Fonte 100;
2.4.04.123.0584.2010 – 3.3.90.39.00 – 78 – Fonte 100;
2.3.04.122.0582.2200 – 3.3.90.39.00 – 78 – Fonte 100;
5.1.10.122.2052.2050 – 3.3.90.39.00 - 78 – Fonte 102;
7.1.08.244.0589.2022 – 3.3.90.39.00 – 78 – Fonte 100;
9.1.12.361.2051.2210 – 3.3.90.39.00 – 78 – Fonte 101;

Cláusula Sexta
DAS OBRIGAÇÕES

6.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;

maíno



- b) Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre irregularidades observadas na prestação dos serviços contratados;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada através de servidor especialmente designado;
- d) Documentos e informações precisas sobre os assuntos referentes ao objeto descrito neste termo, objetivos e outros dados necessários ao desenvolvimento dos serviços prestados;
- e) Disponibilização de servidores capacitados cooperação na obtenção de informações necessárias, substituindo, remanejando e contratando caso seja necessário;

6.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Imediatamente após a formalização do ajuste, disponibilizar o atendimento, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Obras, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitada, mediante requisição, devidamente assinada pelo Setor competente.
- b) Prestar de forma tempestiva e satisfatória todos os serviços especificados e no objeto do contrato e proposta apresentada;
- c) Fica de responsabilidade da contratada a coleta e descarte dos resíduos coletados em local apropriado;
- d) A contratada fará a coleta com veículo especializado e apropriado para os serviços.
- e) Ficará de responsabilidade da empresa a vinculação e qualidade dos serviços prestados;
- f) Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros por si e ou seus prepostos;
- g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

Cláusula Sétima DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O presente contrato poderá ser alterado:

Parágrafo Primeiro

Unilateralmente, pelo Município, quando: "for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)".

Parágrafo Segundo

Por acordo entre as partes, quando:

- a) For conveniente a substituição da garantia de sua execução;
- b) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- c) For necessária a modificação do regime de execução ou do prazo, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- d) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da



Administração, para a justa remuneração, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;

e) Por motivos de força maior.

Cláusula Oitava
DAS SANÇÕES

8.1 - A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro Advertência;

Parágrafo Segundo Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos.

Parágrafo Terceiro Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Cláusula Nona
DA RESCISÃO

9.1 - Fica pactuado entre as partes que o presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelos CONTRATANTES em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com o Artigo 138 da Lei Federal nº. 14.133/21, onde observado o interesse público não gerará qualquer ônus ao erário.

9.2 - A rescisão em se tratando de interesse público não gerará direito a quaisquer tipos de indenização.

9.3 - A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº.14.133/21, Art.'s 155 à 156, bem como nas estabelecidas neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público com prazo de até 06 (seis) anos.

Cláusula Décima
DA MULTA

10.1 - Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.2 - Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos;
- d) As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente;

10.3 - Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de prestação de serviços:

móveis



a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o vigésimo dia de atraso.

10.4 - Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5 - Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até seis anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7 - O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.8 - A aplicação das penalidades previstas nesta lei será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.9 - Fica garantido ao prestador o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

10.10 - As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Cláusula Décima Primeira **DAS QUESTÕES DIVERSAS**

11.1 - O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 14.133/21, de 01/04/21 e suas posteriores modificações e ainda:

a) As partes **CONTRATANTES**, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21;

b) A **CONTRATADA** reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Termo de Referência referente a este processo.

c) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda **DOS CASOS OMISSOS**

12.1 - Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e ainda aplicam-se a este contrato



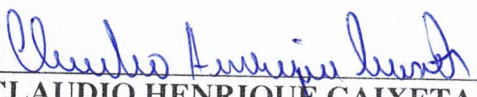
como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

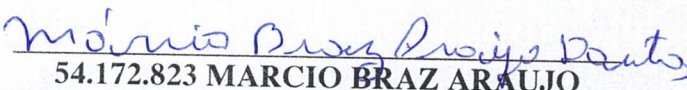
Cláusula Décima Terceira
DO FORO

13.1 - Elegem-se o foro desta Comarca de Quirinópolis estado de Goiás para diligência de eventuais querelas emergentes deste contrato.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Inaciolândia-GO, 06 dias do mês de janeiro de 2025.


CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA
Prefeito Municipal
Contratante


54.172.823 MARCIO BRAZ ARAUJO
DANTAS
CNPJ: 54.172.823/0001-23
Contratada

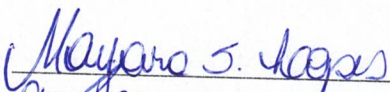
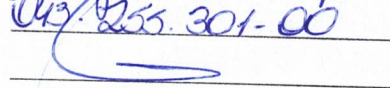

Testemunha

1º:

CPF:

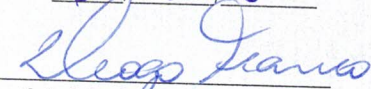
2º:

CPF:

PUBLICADO PLACARD
Prefeitura de Inaciolândia

Em 06/01/25


Secretário Municipal da Administração
Diogo Franco Guimarães Gouveia Vilela
Portaria nº 012/2025